



# Assembléia Legislativa

## FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RÚBRICA <i>no</i>	FLS Nº <i>07</i>
ANEXOS	NÚMERO <i>AL 2342/13</i>

DIRETORIA LEGISLATIVA  
JUNTA DA  
Publicação de matéria  
de *05/União* laudas.  
Em *10 / 04 / 13*

Funcionário

*Jose Hagamenon Alves Barbosa Junior*  
Chefe do Setor de Publicação

DIVISÃO DE APOIO LEGISLATIVO  
Encaminhe-se a *Comissão*  
*de Constituição e*  
*Justiça*

Em *10 / 04 / 2013*

*P.P. Francisco Carlos A. de Carvalho*  
Conceição de Maria Pádua Sampaio  
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

Assembléia Legislativa

Encaminhe-se à *Autógrafo*

Em *16 / julho / 2013*

*Conceição de Maria Pádua Sampaio*  
Chefe do Núcleo de Redação de Atas

AL. DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminha-se a *Sec.*

*Gerente de Arquivo*

*P/P Pádua Sampaio*

Diretor Legislativo



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 15 / 04 / 13

Eloagis

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

João de Deus

para relatar.

Em 15 / 04 / 13

João de Deus

Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL JOÃO DE DEUS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI AL Nº 2342/2013

AUTOR: DEPUTADO CÍCERO MAGALHÃES

RELATOR: DEPUTADO JOÃO DE DEUS

**I- RELATÓRIO**

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 132 e seguintes, do Regimento Interno a presente proposição para emissão de parecer técnico, conforme dispõe os arts. 30, inciso I, e 59 a 63 do mesmo diploma legal.

A proposição tem por objetivo “**Dispõe, em consonância com o exercício da liberdade de crença e prática religiosa, de que tratam os incisos VI e VIII do art. 5º da Constituição Federal, sobre o período de realização de concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos e empregos públicos e para a realização de provas para ingresso nas instituições de ensino e ainda para a frequência à atividades curriculares das instituições de ensino e dá outras providências.**”

De acordo com o Regimento Interno desta Casa Legislativa compete a esta Comissão de Constituição e Justiça analisar, em caráter preliminar, aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos sujeitos à apreciação da ALEPI.

Desta forma, referida proposição foi encaminhada a esta relatoria para receber parecer quanto aos critérios acima mencionado.

**II – PARECER**

Após análise desta relatoria, baseada no estudo da constitucionalidade, pode-se constatar que o Projeto de Lei, ora em análise, encontra arrimo no art.

**Deputado João de Deus**

Av. Mal. Castelo Branco, 201 – Cabral – CEP 64.000-810 – Teresina/PI  
E-mail: [joaodedeus@alepi.pi.gov.br](mailto:joaodedeus@alepi.pi.gov.br) (0\*\*86)221-4997 – Ramais 125 – 126



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL JOÃO DE DEUS

5º, inciso VI e VIII da Carta Magna que prevê a liberdade de crença e como tal deve respeitar aqueles que, por motivo de sua crença religiosa, não podem participar nos sábados de nenhuma atividade que não seja de orações. Por este ângulo não fere o princípio da isonomia, já que também é um direito tutelado. Ademais a mesma Carta Magna prevê o concurso como única forma de ingresso no serviço público, portanto, nada mais oportuno possibilitar que esta parcela da população possa participar normalmente. Quanto a competência legislativa está de acordo com o especificado no § 3º do art. 24 da CF.

### III - VOTO DO RELATOR

Estando dentro dos preceitos constitucionais, legais e das normas regimentais desta casa Legislativa, este relator é de parecer **FAVORAVEL** para seguir o trâmite normal no processo legislativo desta Casa.

### IV – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir:

( ) Pelo **acatamento do voto do relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros dessa Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este parecer, de acordo com a natureza de seus votos.

( ) Pela **rejeição do voto do relator**, apurado através dos votos dos parlamentares membros dessa Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este parecer, nos termos da natureza de seus votos.

*Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí*

*Teresina, 16 de maio de 2013.*

*João de Deus*

*Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores – PT*

RELATOR

*Deputado João de Deus*

Av. Mal. Castelo Branco, 201 – Cabral – CEP 64.000-810 – Teresina/PI  
E-mail: [joaodedeus@alepi.pi.gov.br](mailto:joaodedeus@alepi.pi.gov.br) (0\*\*86)221-4997 – Ramais 125 – 126

APROVADO A UNAN.
em, 25 / 06 / 13
Justiça